

Família pós-moderna, construção de subjetividade e escolha profissional *

Inalda Dubeux Oliveira¹
Cristina Maria de Souza Brito Dias²

Resumo

O artigo visa a analisar a forma como o adolescente da Pós-modernidade está chegando ao vestibular e a verificar de que maneira as novas configurações familiares repercutem tanto na construção da subjetividade como na elaboração de um projeto de vida por parte do jovem. As questões levantadas são analisadas à luz das características da sociedade atual, com suas ambigüidades, com a falência das instituições protetoras e com seu desamparo. Analisam-se também as mudanças na família atual, onde se percebe um novo equilíbrio no jogo de poder entre seus membros, inversões de papéis e fragilização dos vínculos. A ausência de modelos parentais adequados interfere na constituição dos processos identificatórios e, conseqüentemente, na possibilidade de escolher um caminho profissional de forma mais autônoma e consciente.

Palavras-chave: família, adolescência, escolha profissional e pós modernidade.

Abstract

The article analyses the manner in which the adolescents of the Postmodern culture deals with

* Trabalho apresentado no IV Simpósio de Orientação Vocacional e Ocupacional e I Encontro de Orientadores do Mercosul. Florianópolis, 3 a 5 de setembro de 1999.

¹ Inalda Dubeux Oliveira: psicóloga clínica e orientadora profissional, professora e supervisora em Clínica Analítica e Orientação Profissional na Faculdade de Filosofia do Recife, mestranda em Psicologia Clínica na Universidade Católica de Pernambuco.

² Cristina Maria de Souza Brito Dias: doutora em Psicologia Social, professora e coordenadora do Mestrado em Psicologia Clínica, da Universidade Católica de Pernambuco.

the vestibular exams. It also proposes to establish how the new family structures affect not only the individual's subjectivity construction but also his capacity of developing life projects. These questions are analyzed considering the characteristics of our present society, with its ambiguities and lack of protective institutions. The article also analyses the changes in modern family, where one perceives a new balance of power within its members, inversion of roles and fragility of relations. The absence of satisfactory parental models interferes with identification constitutional processes and, consequently, with the possibility of adequate professional decision.

Key Words: family, adolescence, career choice and post modernity.

A questão da escolha profissional

A cada ano, durante o período do vestibular, profissionais que lidam com a facilitação da escolha profissional se surpreendem com a dificuldade que os jovens apresentam em escolher um caminho para entrar no mundo do trabalho. Estes inscrevem-se em uma multiplicidade de instituições de ensino superior e, freqüentemente, as escolhas têm muito pouca relação umas com as outras. Em uma matéria sobre o vestibular, veiculada pela Rede Globo no Jornal Nacional, no dia 13 de agosto do ano passado, uma jovem entrevistada, de 17 anos, referiu ter feito inscrição para Medicina em uma faculdade, pretender optar por Engenharia Civil em outra e por Direito numa terceira instituição. Tal diversidade de caminhos, aparentemente, indica uma incapacidade de elaborar um projeto de vida coerente. Essa dificuldade de escolher – que comportamentalmente aparece como não se interessar por qualquer profissão, gostar de qualquer coisa sem uma vinculação significativa, o sentimento de “nada vale a pena”, traduzindo desesperança e descrença quanto ao futuro, ou tentar onipotentemente fazer coisas opostas – parece ser uma característica do jovem da pós-modernidade.

A partir da observação da dificuldade apresentada pelos jovens e da ansiedade manifestada



pela família diante do momento do vestibular, questionamos seus significados. O vestibular, no Brasil, coincide com o processo de separação/individuação, retomado na adolescência final, e tal momento certamente apresenta muitas repercussões psicodinâmicas. Um adolescente, certa vez, observou que a adolescência é o vestibular dos pais, e creio que percebemos aí um ponto de partida para a questão a ser analisada no presente artigo.

No campo da Orientação Profissional, existem várias abordagens e diversos tipos de atuação, que vão das mais diretivas, que utilizam os testes de aptidões e interesses, com o objetivo de encontrar o “homem certo para o lugar certo,” até os processos mais dinâmicos que, pela sua forma, se assemelham a uma psicoterapia focal, em que o objetivo é o aprendizado da escolha.

A concepção de Orientação Profissional que fundamenta nossa prática objetiva facilitar o momento de decisão do jovem, visando a estabelecer sua relação com os elementos sociais, educacionais, familiares e psicológicos que permeiam sua escolha, possibilitando uma crítica sobre essa multideterminação, assim como uma consciência de si. Tal processo objetiva, ainda, ajudar o jovem a superar o conflito entre seu desejo e os obstáculos a esse desejo, considerando basicamente três parâmetros: o conhecimento de si, o conhecimento das profissões e a integração desses aspectos em uma síntese pessoal, levando em conta quem o sujeito foi, quem é, o que será e o que deixou de ser pelo que não escolheu.

O conhecimento de si, o primeiro dos três parâmetros, remete à busca de uma identidade que se faz a partir das identificações estruturadas, inicialmente, pelas primeiras relações objetais e vai incluindo, aos poucos, as demais pessoas que são significativas ao longo do desenvolvimento. A família torna-se mediadora da cultura e fornece o suporte para a emergência dos ideais. Compreender as relações mútuas de influência que se estabelecem entre o jovem e sua família, nesse momento de busca de autonomia, remete à compreensão de um campo mais amplo de conhecimento: o da construção da subjetividade na época atual e do papel da família nesse processo.

Certamente é preciso reconhecer que as influências no momento da escolha não se resumem aos fatores familiares. Bohoslavsky (1975, p.14) refere: “A escolha é multi e sobredeterminada: as contradições sociais, tanto quanto as necessidades do sistema de se reproduzir, expressam-se por meio de demandas, apelos ou chamadas do sujeito através da: a) família, b) da estrutura educacional e c) dos meios de comunicação em massa, que vão cristalizando a ideologia do sistema social pela representação das profissões, das suas relações, dos requisitos pessoais para se ter acesso a elas, seu sentido social e o próprio valor do trabalho e organização, o sistema de compensações materiais e morais alcançáveis, etc.”

O texto de Bohoslavsky estabelece bem as dimensões do problema da escolha pelo qual o jovem que busca uma forma de ser feliz através de um **que fazer** depara-se com a contradição entre o desejo e a realidade. Tais contradições, através dos processos de identificação que estruturam o superego, o ideal do ego e o próprio ego, “vão reproduzindo o sistema social no sujeito, promovendo a colocação daquele que escolhe em lugares que a estrutura social lhe determina. Não é o adolescente que escolhe, pelo contrário, ele é escolhido”.

O interesse dos profissionais que se dedicam à Orientação Vocacional pela influência da família na elaboração de um projeto de vida do jovem vem manifestando-se desde o final da década de 50, quando Super introduziu o conceito de Desenvolvimento Vocacional em oposição ao estudo das características individuais postuladas pela teoria do Traço e Fator de Frank Parsons Pimenta, (1981). Super salientou a maturidade vocacional, considerando que ela começa a se desenvolver na infância, clarifica-se em termos ocupacionais na adolescência e atualiza-se na idade adulta. Ele refere que, em alguns indivíduos, a escolha pode constituir uma tentativa de atingir antes a imagem ideal do que a imagem real que o jovem tem de si mesmo, o que remete ao plano das relações familiares, da estruturação do eu, a partir da identificação com o outro.

Anne Roe apud Pimenta (1981) traduziu a escolha vocacional em termos de satisfação de necessidades e relacionou as primeiras experiências

infantis, o clima familiar e a opção profissional

As teorias psicodinâmicas mais recentes, como as de Bordin e Nachman (Levenfus, 1997), enfatizaram outros elementos, como os estágios psicosssexuais, instintos, necessidades e conflitos, para explicar a escolha profissional.

A visão psicanalítica de Bohoslavsky (op. cit.) considera a escolha a partir do tipo de vínculo estabelecido com a profissão, relacionando-a com o processo de identificação e articulando-a com os conceitos de reparação e luto. O vínculo com a profissão seria determinado pela necessidade de reparar objetos danificados na fantasia. Ao desenvolver a modalidade clínica, o autor articulou os conceitos de identidade ocupacional, vocacional e pessoal, definindo o sentimento de identidade ocupacional como a autopercepção, ao longo do tempo, em termos de papéis ocupacionais. Tais papéis, construídos e apreendidos a partir das identificações com adultos significativos, vêm carregados das conotações emocionais características da socialização primária e se tornam a base para futuras definições profissionais. Os modelos são os adultos significativos, que fundamentaram suas identificações, e muitas profissões são transmitidas de pai para filho, formando gerações de uma mesma ocupação. Segundo o autor, a identidade ocupacional é um aspecto da identidade pessoal e a dificuldade em escolher indica uma problemática em integrar as diversas antíteses que compõem as identificações do sujeito: quem ele é vs. quem não é; quem pode ser vs. quem não pode ser, e assim por diante.

Lucchiari (1992) refere que, pela sua própria função de socialização primária, a família estabelece uma intermediação entre o filho e a sociedade de tal forma, que, antes mesmo de nascer, a criança já tem um lugar social e um lugar na vida psíquica de seu meio familiar. A autora desenvolveu pesquisa aprofundando a relação entre o projeto dos pais, como determinante do projeto do filho, e estabeleceu que, ao nascer, o indivíduo já se constitui como um “antigo futuro sujeito”, uma vez que a história familiar passada contribui para construir as representações que o jovem faz de suas possibilidades profissionais.

Não estaria no âmbito deste artigo

aprofundar o estudo dos modos de subjetivação, da estrutura da família ou mesmo da escolha profissional. Cada um desses temas é bastante complexo em si mesmo. As questões fundamentais do presente artigo são: até que ponto a sociedade atual e a família em particular proporcionam condições para que o jovem elabore seu projeto de vida? Qual a qualidade dos modelos de identificação que oferecem? Que tipo de família está participando da construção da subjetividade no Brasil?

A análise de tais questões permitirá uma compreensão do momento atual e maior adequação da prática da orientação profissional ao jovem de hoje.

Pós-modernidade e suas características

Pós-modernidade é o nome dado às mudanças ocorridas após os anos 50 as quais surgiram após o fracasso do projeto da modernidade, o qual estabelecia, segundo Rocha (1994), a primazia do sujeito sobre o Ser e do sujeito sobre as coisas. A modernidade era a época das certezas, em que predominava a Razão Técnica, que tudo podia. O homem criava seus valores, era autodeterminado e o centro de tudo. Fatores como as grandes guerras, os regimes autoritários e os novos movimentos filosóficos e religiosos derrubaram as certezas e levaram às críticas da pós-modernidade. Tais críticas põem em questão o lugar do sujeito, que deixou de ser o centro das coisas e passou a reconhecer sua vinculação ao outro. Valores essenciais das instituições ocidentais, tais como Deus, Ser, Razão, Família e outros foram desacreditados, levando ao questionamento se a pós-modernidade representaria a decadência do mundo ocidental ou um renascimento cultural por denunciar a falsidade das certezas da modernidade (Katz e Costa, 1996).

Neste final de milênio, vive-se a insegurança frente à queda dos antigos valores e a emergência de novos paradigmas: valorizam-se o consumo, o prazer imediato, o corpo, a individualidade, a informação e a mídia. O futuro perde a transcendência, a relação básica com o tempo muda e surgem as representações coletivas ligadas ao sentido de “final”: final de século, de história, de



ideologias. As mudanças tecnológicas invadem todas as áreas do viver humano e afetam inclusive as formas de relação da sexualidade, agora banalizada, por exemplo, em relação à procriação: surgem os bebês de proveta, os clones, as mães de aluguel, todos gerando mudanças na organização familiar. Os sentimentos predominantes são de imediatismo, de fragmentação, de ausência de ideais e de respostas, de vazio e, principalmente, de desamparo.

Por outro lado, a sociedade tecnológica e individualista atual é exigente, competitiva e globalizada, o que a torna mais inacessível e ameaçadora para o jovem que pretende entrar no mercado de trabalho.

Família e construção da subjetividade

A perspectiva psicanalítica propõe uma subjetividade construída *por* e *na* cultura e postula a importância do vínculo primordial na construção do sujeito. Pela sua própria condição de imaturidade biológica e de desamparo, a busca do outro – a mãe – é inevitável e constituinte. Rojas (1994) considera que o sujeito é produto do mundo sociocultural, ao mesmo tempo transmissor e gerador da cultura, que nele se inscreve através dos grupos e instituições, entre eles a família. A autora pontua que o grupo familiar funciona como uma corrente de transmissão de ideais e modelos identificatórios, assim como de valores e significados do mundo sociocultural, promovendo a construção de formas de subjetividades congruentes com os mesmos.

O grupo se constitui com vínculos de subjetividade criados a partir de fatores que geram ou são gerados por semelhanças ou diferenças, o que inclui a própria noção de conflito. Rojas (1994) define o vínculo como uma articulação entre sujeitos, uma ligação que forma uma estrutura complexa, com níveis conscientes e inconscientes. Refere que suas manifestações visíveis são as interações e relações observáveis e que isso inclui as subjetividades em jogo, que ela caracteriza como tendo três dimensões: narcísica (ilusão de plenitude), simbólica (o campo do desejo e da linguagem) e pulsional (enraizada na corporeidade).

Figueiredo (1992) faz uma análise dos modos de subjetivação ao longo de quatro séculos de história e mostra como o conceito de sujeito muda com o tempo e a cultura. Em trabalhos posteriores (1996 e 1998), o autor analisa as especificidades da subjetividade do brasileiro e pontua suas contradições. Oscilamos entre uma tradição familiar, clientelista, geradora de pessoas e outra moderna, igualitária e geradora de meros indivíduos. Criamos valores específicos que diferem da divisão entre o público e o privado. Temos a “casa” e a “rua” e seus limites se confundem. A casa é estendida para a rua e o público torna-se o quintal da casa através do regime de cordialidade e familiaridade. Percebemos apadrinhamentos e formações de cartórios que cumprem essa função. A duplicidade ética é bem nítida quando percebemos que aqueles que não se enquadram em tal tipo de “esquema” são percebidos como “sem vergonha”. Em uma novela da Rede Globo, *Vale Tudo*, a transgressora Maria de Fátima era a heroína, e sua mãe, Raquel, que era honesta, foi considerada “otária”. Por outro lado, apesar do regime de cordialidade, somos modernos. Como tal, queremos respeitar os limites do público e do privado e viver numa sociedade individualista e capitalista, que prioriza a competência, as leis do mercado e as leis jurídicas (Figueiredo, 1998). Por meio do duplo regime ético, saímos de cada um desses valores de forma habitual, transitando entre a “cordialidade” e a “competência” com o humor e o jeitinho brasileiro. Cada lugar é usado de acordo com os interesses particulares, numa busca incessante de obter vantagens.

Figueiredo (1998, p. 59) refere ainda uma *impropriedade constitutiva*, que define como a capacidade de conviver simultaneamente no mundo real e no “mundo para inglês ver”. Conviver com a internalização de valores e normas opostas entre si gera uma necessidade de conciliação com os outros e consigo mesmo. A solução que o brasileiro encontra é a dissociação do discurso com a prática. Falamos bonito, mas praticamos o oposto.

Considerando a evolução da família brasileira, Figueira (1986), analisando o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira, diferencia o *ideal familiar hierárquico*, que predominava

na década de 50, que era organizado, mapeado, com papéis intrinsecamente diferenciados, com identidades posicionais definidas em termos de sexo e idade, do *ideal igualitário*. Neste modelo, a identidade é idiossincrática: apóia-se na maneira pessoal de sentir e se comportar e as diferenças individuais são vistas como mais importantes que o sexo, a idade e a posição. O autor salienta que tais aspectos existem no plano do ideal, que as famílias concretas, mesmo vivenciando conflitos, insistiam em perseguir. Figueira (1986) aponta ainda para a ambigüidade da modernização da família brasileira e pontua para a dimensão invisível, o imaginário, da forma como se dá a passagem de um ideal para o outro. Refere que a velocidade com que os novos tipos de ideais de identificação se sucedem, um desalojando o outro sem alterá-los, leva ao que ele denomina de *modernização reativa*. Nesta, um conteúdo moderno é utilizado para funcionar como bloqueador de conteúdos arcaicos, que permanecem inconscientemente ativos. O autor conclui que, na realidade, não há uma nova família brasileira, pois nela o moderno e o arcaico convivem de modo sutil e complexo. As ambigüidades verificadas entre os modelos tradicionais e igualitários nos remetem à análise de Figueiredo (1996) acerca das oscilações e duplicidades no modo de subjetivação no Brasil, pelas quais tentamos ser modernos, sem abdicar da forma pré-moderna de subjetivação.

Com as mudanças posicionais do novo ideal igualitário, Costa (1997) assinala que os pais saem do seu papel de pais para serem “amigos” dos filhos, deixando uma lacuna no lugar da figura de autoridade. Com os vínculos fraternizados, o adolescente não tem com quem competir, desafiar ou processar lutos. Sem a rivalidade edípica, estabelece-se uma luta narcisista onde os pais fantasiam moldar os filhos à sua própria imagem com o objetivo de negar o tempo que passa. Por ocasião da escolha, a “modelagem” pode aparecer como interferência direta. O citado autor refere ainda que o enfraquecimento da figura paterna é responsável pela falência dos processos de educação e inversão dos ideais. (Granato e De Mari, 1999).

Temos, por outro lado, uma grande quantidade de novas organizações familiares. A família

nuclear está menor e mudou com as freqüentes separações, e as entradas e saídas de novos membros repercutem nos processos identificatórios, que estão na base das escolhas profissionais. A revista Veja, traz um artigo de capa, *Unidos pelo Divórcio*, que aborda o relacionamento de 14 milhões de famílias brasileiras formadas por segundos e terceiros casamentos. Uma adolescente de 18 anos, citada no artigo, passou por 5 famílias até o presente momento e, em cada uma delas, ganhou e perdeu pais e irmãos. Por outro lado, temos os filhos do divórcio, que, segundo o artigo, já somam 200.000 por ano no Brasil. Souza (1997) refere que as famílias monoparentais (e nelas incluímos também as produções independentes), que são, predominantemente, constituídas por mãe e filho(s), tendem a estabelecer relações fechadas que dificultam o desenvolvimento da individualidade do(s) filho(s) pela ausência da figura do pai e a conseqüente triangulação estruturante. Outras organizações familiares já são freqüentes na realidade atual, cada uma com suas especificidades psicodinâmicas e sociais, gerando efeitos na construção da subjetividade. Temos os casais homossexuais que já possuem ou adotam filhos, cujas dificuldades no ajustamento com o meio social pode refletir-se no relacionamento com as crianças. Nesse tipo de relacionamento, pode existir uma dificuldade no casal em manter a individualidade, por tender a ser uma dupla fusional que, muitas vezes, não abre o espaço para a criança. A ausência de um modelo de casal que atenda às suas peculiaridades também pode vir a dificultar o processo identificatório. Encontramos, ainda, os bebês de proveta, constituindo situações nas quais os pais biológicos, algumas vezes, são ignorados. As mães de aluguel, as adoções por solteiros, casais já na idade avançada que se tornam pais e uma multiplicidade de organizações trazem, segundo Katz e Costa (1996), idéias de fusão, de indiscriminação que implicam perda de singularidade.

Adolescência e escolha profissional

A adolescência final, com todo o dinamismo do processo de separação/individuação, da



busca de uma identidade e da elaboração de lutos, é o momento em que o jovem de uma grande parcela da população se depara com o vestibular. Pensar numa profissão genericamente não constitui, em si, uma ameaça. Desde criança, fantasiamos diversas formas de ocupação e o desenvolvimento vocacional efetiva-se da infância até à velhice. Mas o vestibular é algo diferente. Insere-se no momento adolescente como um ritual de passagem, tendo, para o jovem e sua família, o mesmo efeito que os outros rituais: marca a passagem do indivíduo de um “status” para outro e é altamente gerador de ansiedade. Se passar, o adolescente entra no mundo adulto: se não passar, fica “de fora”. É tão intenso o poder do rito, a necessidade de ultrapassar o estágio é tanta, que leva o candidato a se preocupar mais com o “ser aprovado” de que “em que ser aprovado”. Perto do concurso, começa a adaptar sua escolha anterior aos cursos que supõem ter condições de entrar. Ou, como fez a candidata entrevistada no *Jornal Nacional* e citada no início do artigo, procura escolhas bem diferentes para não correr o risco de errar.

Como fica o adolescente atual diante das exigências e características da pós-modernidade? Até que ponto a sociedade atual e a família brasileira em particular proporcionam condições para que o jovem enfrente seu ritual de passagem? Autores como Katz e Costa (1996) referem que os jovens de hoje estão apáticos, apresentam ausência de revolta e incremento do narcisismo. Não conseguem elaborar projetos e o ideal mais presente parece ser o culto à imagem e ao prazer imediato, uma vez que a capacidade de desenvolver ideais e projetar-se no futuro fundamenta-se na identificação com os pais. Com a inversão dos valores da sociedade atual, sem um pai para competir, desafiar ou servir de modelo, as identificações não ocorrem de forma satisfatória.

Um outro artigo recente na *Veja* (Veiga, 1999), intitulado *Agente somos inútil*, reforça a idéia do sentimento de vazio e de ausência de identificações. Embora retratando uma fatia mais privilegiada da classe média no eixo Rio – S. Paulo, os jovens demonstram uma total inapetência para encarar as responsabilidades e abandonar a forma narcísica de relacionar-se com o mundo, que pare-

ce estar também presente em outras faixas da classe social. O artigo cita outra pesquisa realizada em seis capitais do Brasil, junto a adolescentes de classe média, na qual, em cada três, só um é capaz de fazer compras em supermercado. Com o pai e a mãe trabalhando muito, ou sempre ocupados, os jovens não são cobrados em termos de tarefas ou mesmo quanto aos próprios cuidados. No artigo, os entrevistados referem remeter à empregada todas as necessidades e, na falta desta, quando sabem, abrem latas e, quando nem isso conseguem, apelam para o “fast food”. Na escola, o correspondente a essa inapetência para o esforço aparece sob a forma de dificuldades escolares, em especial nas áreas que requerem pensamento, (pensar dá trabalho) tais como física e matemática. São os “filhos de Xuxa, Angélica e de Eliane”, muitas vezes entregues a babás ou precocemente colocados em creches pela necessidade que os pais têm de trabalhar. Crescem com menos oportunidade de interagir com pessoas e vinculam-se ao computador, estabelecendo relações virtuais.

Como esse tipo de jovem pode corresponder às demandas de uma sociedade pós-moderna que, além de individualizante e altamente competitiva, exige competência, criatividade, flexibilidade e não oferece garantias? Daí os jovens chegarem ao vestibular ansiosos, desejando profissões idealizadas, buscando nelas a segurança do emprego seguro de décadas passadas e procurando, no processo de orientação, soluções prontas.

Levisky (1998) salienta que as características da pós-modernidade que surgiram com os avanços tecnológicos, com a quebra das fronteiras e com a busca de igualdade, apresentam um duplo efeito. Por um lado, abrem espaço para a expressão, criatividade e eficiência quanto à racionalização; por outro lado, favorecem o imediatismo, a concretude, o narcisismo, a irracionalidade e a inconseqüência. Tais expansões do homem podem acarretar estados de indiferença, sentimentos de vazio interior, passividade ou atuações e descarregas violentas de frustrações. Se tais sentimentos são característicos do adulto atual, no adolescente que vive toda sua crise de identidade, os efeitos são mais intensos. Os jovens de hoje aparentam um tédio permanente, como se não soubessem

desejar. E, com os pais vivendo tal duplicidade de sentimentos, aliada às oscilações de posições, duplicidades éticas e à impropriedade constitutiva, referidas por Figueiredo (1996 e 1998), como se podem colocar como modelos adequados? Sem figuras identificatórias, como se identificar? como escolher?

O jovem que busca sua identidade busca sua verdade. Costumamos dizer que a última vez que o ser humano é autêntico é durante a adolescência, já que depois precisa aprender o “jogo de cintura”, que caracteriza o adulto. Figueiredo (1998) questiona se, ao evitar conciliações e soluções falsas, não seria o adolescente brasileiro como um pára-raios das nossas impropriedades, com uma maior sensibilidade para captar as inconsistências do meio?

Conclusões

Considerando as colocações feitas, a família hoje parece não ter respostas para os problemas da convivência em um mundo sem certezas pré-fixadas. Tem dificuldades em apresentar condições de proporcionar o suporte adequado que possibilite a formação de sujeitos autônomos. A família de hoje já não é mais uma unidade de produção; perdeu funções e muitas coisas foram terceirizadas, tais como: comida, saúde, vestuário, tudo é feito fora. A vulnerabilidade da família atual é sustentar-se só na vinculação afetiva e, diante disso, os vínculos ficam fragilizados. Sem referências firmes, sem uma continuidade familiar com pais que não encontram seus próprios limites e que, conseqüentemente, não conseguem estabelecê-los para os filhos, os jovens recebem um fardo maior do que podem digerir.

Por outro lado, diante de tanta diversidade, temos que perguntar: o que é família hoje? Nas mudanças que foram mencionadas acima, consideramos as separações freqüentes, as entradas e saídas dos parceiros, os irmãos consangüíneos ou não, como todos participando no processo de identificação. Citamos ainda as famílias homossexuais, os bebês de proveta ou de úteros alugados e tantas

outras combinações que a tecnologia da pós-modernidade tem trazido. São famílias? Não são famílias?

A estruturação da sociedade atual é múltipla, individualista e, como vimos na análise dos modos de subjetivação brasileiros, cheia de duplicidades e deslizamentos, com o arcaico e o moderno convivendo juntos. Onde se ancoram as subjetividades dos jovens de hoje? Muitas respostas são possíveis: no grupo, nas drogas, nas galeiras, no computador, mas nenhuma dá conta do todo.

Um elemento, no entanto, persiste e, independentemente do tipo de família, possibilita a ancoragem. É o tipo de vínculo gerado na relação do grupo constituído e que se considera família. É o tipo de vínculo que vai permitir o estabelecimento do veio emocional que pode ou não proporcionar a morada do ser que possua uma quietude do centro, um suporte suficiente e que proporcione o crescimento do sujeito.

É de fundamental importância que os orientadores que lidam com o processo de escolha profissional tenham conhecimento das mudanças que vêm ocorrendo no âmbito da família e da sociedade atual. O desconhecimento de tais parâmetros pode implicar uma prática descontextualizada e que corre o risco de não atingir plenamente os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOHOSLAVSKY, R. **Orientação Profissional: a Estratégia Clínica**. São Paulo : Martins Fontes, 1977.
- _____. **Lo Vocacional: teoria, técnica e ideologia**. Buenos Aires, Búsqueda, 1975.
- COSTA, G. **Conflitos da Vida Real**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1997.
- FIGUEIRA, S. **Uma Nova Família?** Rio de Janeiro : Zahar, 1986.



- FIGUEIREDO, L. C. Adolescência e Violência: considerações sobre o caso brasileiro. In: LEVISKY D.(Org.) **Adolescência, pelos Caminhos da Violência**. S. Paulo : Casa do Psicólogo. 1998
- _____. **A Invenção do Psicológico**. São Paulo : EDUC, 1992
- _____. **Modos de Subjetivação no Brasil**. São Paulo : EDUC, 1996.
- GRANATO, Alice, DE MARI, Juliana. Unidos pelo divórcio: os meus, os seus, os nossos. **Veja**, v. 32, n. 11, p. 108-115, mar. 1999.
- KATZ, G., COSTA, G. (1996). O adolescente e a família Pós moderna. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 30, n. 2, p. 329-340, 1996.
- LEVENFUS, R. **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1997.
- LEVISKY, D. **Adolescência, pelos Caminhos da Violência**. São Paulo : Casa do Psicólogo, 1998.
- LUCCHIARI, D. H. **Pensando e Vivendo a Orientação Vocacional**. São Paulo : Summus, 1992
- PIMENTA, S. **Orientação Vocacional e Decisão**: estudo crítico da situação no Brasil. São Paulo : Loyola, 1981.
- ROCHA, Z. A questão da diferença e do sujeito no horizonte filosófico da crítica da racionalidade moderna. **Revista Síntese**, v. 21, p. 439-477, 1994.
- ROJAS, M. C. **Entre Dos Siglos**: Una Lectura Psicanalítica de la Pós Modernidad. Buenos Aires: Lugar, 1994.
- SOUZA, A. M. **A Família e Seu Espaço**. Rio de Janeiro : Agir, 1997.
- Fontes complementares:
- A TENSÃO no vestibular. [s. l.], 17 ago. 1999. Entrevista concedida ao Jornal Nacional da Rede Globo.
- VEIGA, Aída. A gente somos inútil. **Veja**, v. 32, n. 19, p. 70-73, maio 1999.
- Endereço: Av. Boa Viagem, 2366/802 – Boa Viagem – Recife – PE. CEP 51020-000.
E-mail: inalda@interway.com.br